

O que você precisa saber sobre transtornos alimentares e não aprendeu na faculdade

¹ Lara Valentim Vale  

¹ Laura Damato Bemfeito Barroso 

¹ Maria Júlia Coutinho de Melo e Cruz 

¹ Willian José de Paula da Silva 

¹ Joelma de Faria Nicolau Orlando 

¹ Jussara Moreira de Oliveira 

² Angela Schächter Guidoreni 

² Rodolfo Guimarães Silva 

¹ Discente do curso de Medicina. Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, Volta Redonda, RJ.

² Docente do curso de Medicina. Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, Volta Redonda, RJ.

RESUMO

Os transtornos alimentares são um tipo de adoecimento psíquico que traz consequências tanto físicas quanto mentais, sendo a sua maior prevalência entre os adolescentes e jovens, constituindo-se em um grave problema de saúde pública. Além disso seu tratamento necessita de profissionais qualificados e que saibam trabalhar em um contexto interprofissional, algo que se mostra extremamente desafiador. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a formação dos estudantes universitários na área da saúde em relação aos transtornos alimentares, buscando entender a raiz do problema que leva os profissionais de saúde a não estarem preparados para tratar os portadores desses transtornos. Para este estudo, foram analisadas a matriz curricular de X instituições de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, tanto privadas como públicas e que oferecem pelo menos duas graduações na área da saúde. Além disso, o estudo envolveu a criação de gráficos e revisão da literatura existente, explorando também a importância da abordagem interdisciplinar no tema.

Palavras-chave: Transtornos alimentares. Universidades do estado do Rio de Janeiro. Interdisciplinaridade. Formação profissional.

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos alimentares (TA) são condições psicológicas que afetam a relação de uma pessoa com a alimentação e o peso corporal, acarretando diversos problemas de saúde graves, incluindo desnutrição, desidratação, distúrbios metabólicos, problemas cardíacos e hormonais, podendo resultar em consequências fatais. Esses transtornos incluem principalmente a Anorexia Nervosa (AN), Bulimia Nervosa (BN) e o transtorno de compulsão alimentar. (CARMO, C. C. D., PEREIRA, P. M. D. L., & Cândido, A. P. C; 2014)

A etiologia dos transtornos alimentares é multifatorial, englobando fatores genéticos, socioculturais, ambientais, epigenéticos, caracterizando, portanto, um transtorno biopsicossocial. Os transtornos alimentares são frequentemente desencadeados por dietas, especialmente as restritivas, atuando como fator precursor, contudo, ela não é suficiente por si só e geralmente é necessário um conjunto de fatores de risco e eventos precipitantes para que o transtorno se desenvolva (MORGAN, C. M.; VECCHIATTI, I. R.; NEGRÃO, A. B; 2002)

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua 5ª edição (DSM-5) nos propõe a identificação desses transtornos através de sintomas prevalentes, permitindo perceber-se que alguns desses distúrbios são mais frequentes, como é o caso da Anorexia Nervosa e Bulimia Nervosa. Dessa forma, no que se diz de comportamento alimentar disfuncional, há alguns aspectos comuns nesses dois transtornos, como por exemplo a possibilidade de uma compulsão alimentar, seguida de episódios compensatórios, o uso de diuréticos, vômitos, exercícios físicos, laxantes e jejum. Além disso, a angústia persistente com o que se come e sentimento de culpa afeta significativamente a forma que o aporte calórico e energético é feito. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.)

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) um grupo que se destaca quando falamos de transtornos alimentares é o dos adolescentes, além disso, o Ministério da Saúde (2022) afirma que a anorexia nervosa e a bulimia estão relacionadas a maiores taxas de mortalidade dentre os transtornos mentais, indicando um cenário importante e relevante quando se fala de saúde coletiva.

No contexto atual do Brasil, a maior parte dos serviços destinados a cuidar e tratar de quem sofre com tais distúrbios está localizado em Universidades públicas (como o próprio Ambulim, referenciado internacionalmente), no entanto existe uma grande dificuldade com a contratação de serviços de profissionais capacitados e preparados para lidar com tais jovens, como no dizer de Castro, 2018. Um dos desafios encontrados por Castro é a falta de qualificação de profissionais que saibam lidar com esses jovens, com as peculiaridades da doença e que também saiba trabalhar em um contexto interprofissional, extremamente necessário no tratamento de T.A. (CASTRO, 2018).

Ainda sob o viés de Castro, a autora deixa implícito a importância de os profissionais receberem uma formação específica para lidar com pacientes adolescentes e com transtornos alimentares, a fim de que possam oferecer um atendimento mais adequado e efetivo. Além disso, é fundamental que os profissionais estejam atualizados sobre as diretrizes e políticas públicas de saúde relacionadas aos transtornos alimentares, para que possam orientar os serviços de saúde e promover programas, ações e atividades visando dar visibilidade e assegurar direitos aos portadores de transtornos alimentares no país.

A prevalência cada vez maior dos transtornos alimentares, sinalizado pela própria OMS, seguido da observação sobre a existência de uma baixa qualificação dos profissionais de saúde para o tema, que simultaneamente não sabem trabalhar em contextos interprofissionais, despertou então a se-

guinte questão: De que forma o tema “transtornos alimentares” está inserido nas matrizes curriculares dos cursos da área de saúde? Sob esse viés, será investigado a formação dos alunos de graduação na área da saúde no estado do Rio de Janeiro, a fim de estabelecer uma relação entre a baixa qualificação e a formação que recebem.

2 METODOLOGIA

Será realizada uma pesquisa que irá envolver dois momentos. O primeiro momento será uma revisão bibliográfica nas bases de dados do Pubmed, Scielo e Google Acadêmico utilizando as palavras chaves: Transtornos Alimentares, Universidades brasileiras e formação profissional, nos anos de 1998 a 2023. Critérios de inclusão: artigos que demonstrem a importância da formação de profissionais da área de saúde para o cuidado com pessoas com transtornos alimentares. Os artigos de exclusão serão os que não apresentar dados sobre a importância da formação dos profissionais na área de saúde para o cuidado com o paciente com transtornos alimentares e os relacionados aos aspectos diagnósticos ou farmacológicos dos TA, sem abordar a formação dos profissionais da área de saúde. O segundo momento será abordado os resultados obtidos a partir da pesquisa das matrizes curriculares das Instituições de ensino, públicas e privadas, do estado do Rio de Janeiro a respeito da inserção do tema Transtornos alimentares em suas grades curriculares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da pesquisa realizada, foi observado que o acolhimento e vínculo são dispositivos técnicos e políticos que visam a garantir uma assistência qualificada em saúde no atendimento de pessoas que sofrem com Transtornos Alimentares (TA) (Cordás, 2001). Os TA são condições cujos desenvolvimentos envolvem grande complexidade, impondo desafios aos profissionais de saúde no que tange ao manejo e tratamento clínico de indivíduos com tais quadros e, conseqüentemente, ao processo formativo desses profissionais. Manaus: Associação Brasileira Rede Unida, 2018

A interdisciplinaridade é também um princípio técnico-científico fundamental para efetivar as propostas e diretrizes do SUS, ao buscar a humanização do cuidado e o acolhimento dos usuários (Linard, Castro & Cruz, 2011). Nessa concepção de atendimento em saúde, é premissa um trabalho de equipe coletivo, no qual cada profissional atue de maneira a oferecer seu máximo potencial ao processo de assistência e a integração das várias disciplinas e áreas de conhecimento na efetivação do tratamento. Porém, vê-se que no serviço alguns fatores barram a concretização de um melhor trabalho interdisciplinar. Pode-se citar como primeiro empecilho a sobrecarga de funções sobre uma única categoria profissional: o nutricionista. A equipe parece apresentar dificuldades em delimitar o campo e o núcleo de competência e responsabilidade desse profissional, o que gera desorganização e confusão sobre a equipe e sobre os pacientes atendidos. Ramos e Pedrão, 2013

Pode-se observar também que há pouco tempo de interesse na área e o número de doutores, peça fundamental para a formação de novos profissionais, ainda é muito pequeno. Raramente os cursos curriculares de psiquiatria incluíam uma aula sobre transtornos alimentares, atualmente obrigatória. Cordás, 2001. Ademais, nos últimos anos os currículos dos cursos de graduação na área da saúde têm sido foco de amplos debates. O modelo formativo, tradicionalmente vigente, pautado na racionalidade técnica (centrado na transmissão de informações, na aquisição e aplicação do conhecimento) passou a ser duramente criticado. Por não propiciar a vivência de atividades e experiências

que emergissem da prática, do dia-a-dia entre o profissional e da demanda da população atendida, o processo formativo torna-se inadequado em relação ao contexto real do exercício profissional.

Diante deste cenário, frente às duras críticas e à necessidade de inovação educacional, surgiram as novas Diretrizes Curriculares, que se colocam como um desafio aos diversos cursos e faculdades: a revisão dos seus currículos, com vistas a formar profissionais mais críticos, reflexivos e comprometidos socialmente, ou seja, profissionais capazes de trabalhar em equipe multiprofissional e que vivenciem desde muito cedo a experiência prática em saúde e a humanização do exercício profissional. Nessa nova realidade, passou a ser necessário que fossem implementados, em todos os cursos da área da saúde, mecanismos que viabilizem o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências, como atenção à saúde, tomada de decisões e educação permanente. Frente a este contexto, uma das medidas que se faz presente para os cursos de graduação, é a diversificação dos cenários de aprendizagem. Na área da saúde, em especial, isso significa ir para além do hospital e de espaços restritamente escolares, como a sala de aula e o laboratório. Neste caso, trata-se de lidar com seres humanos, dotados de sentimentos, emoções, crenças, valores, condutas e experiências diversas, que precisam ser consideradas no atendimento e na promoção à saúde. TRAMONTT et al., 2009.

A partir da metodologia aplicada, está em andamento a análise de que, das quinze Instituições de Ensino Superior (IES), apenas duas apresentam direta e especificamente a temática “Transtornos Alimentares” nas matrizes curriculares de seus cursos de graduação em saúde.

Em relação às demais instituições, muitas delas ou não apresentam nenhuma disciplina sobre o assunto, ou há a possibilidade de ser abordado, porém não objetivamente.

Quadro 1 – IES classificadas em presença, ausência ou falta de especificidade nas matrizes curriculares quanto ao tema “Transtornos Alimentares”

	SIM	INESPECÍFICO	NÃO
IES A		X	
IES B	X		
IES C			X
IES D		X	
IES E		X	
IES F		X	
IES G		X	
IES H		X	
IES I		X	
IES J		X	
IES K		X	
IES L		X	
IES M	X		
IES N		X	

4 CONCLUSÕES

É possível inferir que grande parte das instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro, tanto privadas quanto públicas, não possuem em sua grade curricular uma matéria que tenha como especificidade o assunto abordado neste artigo: “transtornos alimentares”. Diante disso, nota-se que tal fato implica de maneira direta na formação dos futuros profissionais da área da saúde, devido à baixa qualificação de seu aprendizado. Como resultado, observa-se um contexto de baixa qualidade do trabalho interprofissionais e difícil diagnóstico de pacientes com transtornos alimentares. Assim, pode-se sugerir, a implementação do tema Transtornos alimentares nas matrizes curriculares de todas as instituições, públicas e privadas, no parâmetro nacional, visando uma melhor abordagem diagnóstica e um melhor tratamento destes pacientes de modo interprofissional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

CARMO, Cristiane Costa do; PEREIRA, Priscila Moreira de Lima; C NDIDO, Ana Paula Carlos. Transtornos Alimentares: uma revisão dos aspectos etiológicos e das principais complicações clínicas. **HU Revista**, v. 40, n. 3, p. 173-181, 2014.

CASTRO, Priscila da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Desafios da atenção à anorexia nervosa na adolescência: etnografia em serviço público de saúde no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2917-2926, 2018.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 13^o, 2018, Manaus. **Anais [...]. Manaus: Associação Brasileira Rede Unida**, 2018. v. 4. Tema: A utilização de oficinas de discussão de filmes como ferramenta para formação e prática interdisciplinar de nutricionistas no tratamento da Obesidade e dos Transtornos Alimentares. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/13737>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CORDÁS, Táki Athanássios. Transtornos alimentares em discussão. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 178-179, 2001.

RAMOS, Tatiane Mitleton Borges e PEDRÃO, Luiz Jorge. Acolhimento e Vínculo em um Serviço de Assistência a Portadores de Transtornos Alimentares. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2013, v. 23, n. 54 [Acessado 24 Abril 2023], pp. 113-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-43272354201313>>. ISSN 0103-863X. <https://doi.org/10.1590/1982-43272354201313>.

DANTAS, José Alves et al. Regulação da auditoria em sistemas bancários: análise do cenário internacional e fatores determinantes. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 7-18, jan./abr. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2014.

DOREA, R. D.; COSTA, J. N.; BATITA, J. M.; FERREIRA, M. M.; MENEZES, R. V.; SOUZA, T. S. Reticuloperitonite traumática associada à esplenite e hepatite em bovino: relato de caso. **Veterinária e Zootecnia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 199-202, 2011. Supl. 3.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/mais-de-70-milhoes-de-pessoas-no-mundo-possuem-algum-disturbio-alimentar>

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 165 p., 18 cm. (Cadernos de gestão, v. 4). Bibliografia: p. 149-155. ISBN 978-85-3263-62-01.

Marques; TRINDADE, Carolina Sturm. **Uma Experiência Interdisciplinar na Formação em Saúde Envolvendo a Temática dos Transtornos Alimentares**. I Encontro Nacional de Informática e Educação, Cascavel, PR, p. 39-48, 2009. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/13737>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MORGAN, Christina M.; VECCHIATTI, Ilka Ramalho; NEGRÃO, André Brooking. Etiologia dos transtornos alimentares: aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 24, p. 18-23, 2002.

PODCAST LXX: Brasil: parte 3: a república. [Locução de]: Christian Gutner. [S. l.]: Escriba Café, 19 mar. 2010. Podcast. Disponível em: <http://www.escribacafe.com/podcast-lxx-brasil-parte-3-a-republica/>. Acesso em: 4 out. 2010.

TRAMONTT, Claudia; RODRIGUES, Bruna Senna; MEDEIROS, Cristine da Silva; REPPOLD, Caroline Tozzi; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos; ESTENZEL, Lucia